

Boletim de GREVE

Edição 53
28.junho.2024



FASUBRA assina Acordo com o MGI/MEC

Com a deliberação da Assembleia Geral do SINTFUB e de assembleias de sindicatos em todo o país, o Comando Nacional de Greve deliberou e a coordenação nacional da FASUBRA assinou na noite de quinta-feira (27) o Acordo com o governo. Além da FA-

SUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil), assinam o acordo o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica) e ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior). A assinatura contou com a presença dos ministros do MEC (Ministério da Educação), Camilo Santana, e do MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos), Esther Dweck.

O Acordo prevê uma série de avanços na reestruturação da o PCCTAE e a recomposição salarial, que embora ainda não contemplem toda a pauta histórica dos técnico-administrativos da Educação Federal, foi o resultado da nossa luta, uma GREVE histórica e grande mobilização.

A GREVE dos técnico-administrativos pautou a Educação Federal, tirou os técnico-administrativos da invisibilidade, arrastou os do-



centes para a mobilização, enfrentou a manipulação, desinformação e fake news da imprensa que atua em favor dos capitalistas, a resistência de setores do governo e um Congresso Nacional que amarra o orçamento, quer destruir os serviços públicos, cortar gastos, impedir avanços e conquistas de servidores(as), até a aprovação da Reforma Administrativa (importante tema para a luta da nossa categoria no próximo período).

“Se precisar voltaremos para a rua”

Quando os representantes dos trabalhadores saíram do MGI, após a assinatura do Acordo, foram recebidos com a palavra de ordem “a GREVE acabou, a luta continua, se precisar voltaremos para a rua”, que deve nortear a próxima etapa, uma vez que vários pontos do Acordo estão ligados a discussão que segue em Grupos de Trabalho para serem

implementados. É o caso do reposicionamento dos aposentados, da “hora ficta”, do plantão 12x60, das 30 horas. E ficou estabelecido que outros pontos não previsto no Acordo podem ainda ser discutidos no MEC. Vamos acompanhar as reuniões e buscar ainda mais conquistas.

A vitória da URP é a demonstração de que a luta vale a pena, que a organização sindical dos trabalhadores é garantia de vitórias, e que nossa mobilização é o meio de garantir conquistas e nossa unidade é fundamental para realizarmos grandes feitos.

Nossa GREVE de mais de quase quatro meses garantiu uma recomposição do orçamento das Universidades e Institutos, e pautou a defesa da Educação Pública, de qualidade, baseada em Ensino, Pesquisa e Extensão que só pode se realizar com a valorização dos servidores(as) técnico-administrativos e sua carreira.

**Viva a organização
e a luta dos técnico-
administrativos da
UnB!**



**Filie-
se ao
SINTFUB**



@Sintfub_Unb



@sintfub_unb

TERMO DE ACORDO II/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

Cláusula primeira – A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026, conforme Anexo.

Cláusula segunda – Em janeiro de 2025, a carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação assumirá a seguinte estrutura:

a) Verticalização da estrutura remuneratória dos cargos, com a unificação em matriz única com 19 padrões;

b) Diminuição do interstício necessário para a progressão por mérito profissional de 18 para 12 meses;

c) Tempo de desenvolvimento de 15 a 18 anos, até o final da carreira;

d) O Vencimento Básico de referência corresponderá ao valor do nível de classificação "E", com as seguintes correlações:

i."A" corresponderá a 36% do piso de referência;

ii."B" corresponderá a 40% do piso de referência;

iii."C" corresponderá a 50% do piso de referência; e

iv."D" corresponderá a 61% do piso de referência.

e) Os steps serão elevados de 3,9% para 4% em janeiro de 2025 e para 4,1% em abril de 2026;

f) A aceleração da progressão por capacitação se dará a cada 5 anos, e as regras de transição serão regulamentadas pela CNS/MEC; e

g) O Incentivo à Qualificação (IQ) relativo à Área de Conhecimento com Relação Indireta será extinto a contar de janeiro de 2025, sendo o servidor beneficiário do Incentivo enquadrado com mesmo valor da Área de Conhecimento com Relação Direta, sem efeitos retroativos.

Cláusula terceira – A parcela complementar de que tratam os parágrafos 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (VBC), não será absorvida por força da implementação dos novos valores e estruturas remuneratórias.

Cláusula quarta – O Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC será implantado para a carreira dos Técnico-Administrativos em Educação a contar de abril de 2026 e será instituído Grupo de Trabalho coordenado pela CNS/MEC, com a participação das entidades sindicais representativas da categoria e representantes do Governo, para sua regulamentação, no prazo de até 180 dias, a partir da assinatura do presente Termo.

Cláusula quinta – O Decreto nº 9.991/19 será revisado e alterado para que seja permitido que

as IFE elaborem e executem seus planejamentos e planos específicos, com o retorno do plano de capacitação para as universidades e institutos, com prazo até dezembro de 2024, a partir da assinatura do presente Termo.

Cláusula sexta – Será promovida a racionalização de cargos vagos e a vagar (cargo amplo).

Cláusula sétima – O Plano de Capacitação referido no Termo de Acordo de 2015 será tratado em GT na CNS/MEC, com a participação das entidades representativas, com prazo de conclusão de até 180 dias, a partir da assinatura do presente Termo.

Cláusula oitava – No período de agosto a dezembro de 2024 será criado GT no MGI, com a participação do MEC e das entidades sindicais, para análise e levantamento de impactos relativos ao contingente de servidores que permaneceram no PUCRCE e que desejam a reabertura de prazo para adesão ao PCCTAE. Em se constatando a viabilidade, a medida será implantada em 2025.

Cláusula nona – O reposicionamento dos aposentados, por ocasião da criação do PCCTAE, e que foram enquadrados considerando o tempo de serviço público federal, será tratado em GT no MGI/MEC-CNS, com a participação das entidades representativas, para análise e levantamento de impacto, no período entre agosto e dezembro de 2024. Em se constatando a viabilidade, a medida será implantada em 2025.

Cláusula décima – Implantação da "hora ficta" para os servidores dos hospitais universitários e dos demais servidores do RJU que trabalham em regime de plantão ou escala, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir da assina-

tura do presente Termo.

Cláusula décima primeira – A proposta de Institucionalização do plantão de 12 horas x 60 horas para servidores dos Hospitais Universitários e vigilantes que trabalham em regime de plantão ou escala, será objeto de tratamento em GT no MGI, com a participação das entidades representativas, no período de agosto a dezembro de 2024.

Cláusula décima segunda – O presente Acordo se aplica aos aposentados, em conformidade com as regras que regem suas aposentadorias.

Cláusula décima terceira – O Ministério da Educação - MEC, no âmbito de suas competências e atuação, promoverá estudos, no prazo de até 180 dias após a assinatura do presente Termo, e dar encaminhamento para implementação em 2025, por intermédio da Comissão Nacional de Supervisão -CNS/PCCTAE e da Mesa Setorial do MEC, às seguintes demandas:

a) afastamento para pós-graduação (extensão do art. 30 da Lei nº 12.772/2012);

b) revisão das condições para concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade;

c) reconhecimento de cursos de pós-graduação no exterior observada as normas da Capes;

d) aproveitamento das disciplinas de graduação e pós-graduação para pleitear progressão por capacitação para todos os níveis de classificação e de cursos de aperfeiçoamento para fins de Incentivo à Qualificação;

e) racionalização dos cargos ocupados;

f) estabelecer processo de debate sobre a democratização nas IFE, com a participação ampla de representação do governo e das entidades sindicais, ANDIFES e CONIF;

g) jornada de trabalho de 6 horas ininterruptas (30 horas);

h) carga horária das profissões regulamentadas;

i) concursos de Intérpretes de LIBRAS (Nível E), com aumento de vagas para esses cargos nas IFE e com condições igualitárias de trabalho na rede, com definição de novos concursos, a partir de estudos; e

j) será promovida a revisão dos fazeres (atribuições), a partir dos estudos a serem realizados pela CNS/MEC, com prazo de até 180 dias, a partir da assinatura do presente Termo.

Parágrafo único - Os temas que extrapolam a competência exclusiva do MEC serão encaminhados aos órgãos competentes, para estudo de viabilidade. Constatada a viabilidade, a medida será implementada em 2025.

Cláusula décima quarta – A compensação de trabalho em decorrência da participação em movimento grevista observará aspectos

qualitativos, com a reposição das atividades represadas e/ou do calendário acadêmico, conforme plano de trabalho a ser pactuado entre as entidades representativas da categoria e sua instituição.


Cláusula décima quinta – O presente Acordo não compromete o direito das entidades sindicais em apresentar outras pautas, não remuneratórias, nos foros adequados.


Cláusula décima sexta – Cumpridos os trâmites internos no âmbito do Governo Federal, os termos do presente Acordo serão remetidos à apreciação das autoridades competentes para encaminhamento ao Congresso Nacional, por meio de Projeto de Lei.


E, por fim, tendo-se por justo e acordado as cláusulas e condições constantes deste termo, assinam o presente documento.


Brasília/DF, 27 de junho de 2024.


MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA DE RELAÇÕES DE TRABALHO



JOSE LOPEZ FELÍCIO
Secretário de Relações de Trabalho
SRT/MGI


JOSÉ CELSO DE CARDOSO JÚNIOR
Secretária de Gestão de Pessoas
SGP/MGI


CARLA JARDIM
Secretária de Educação Profissional e Tecnológica, substituta
SETEC/MEC


ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA
Secretário de Educação Superior
SESU/MEC


CRISTINA DEL PAPA
Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições do Ensino Superior Públicas do Brasil
FASUBRA


MARIA ARTEMIS RIBEIRO MARTINS
Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINASEFE



@Sintfub_Unb



@sintfub_unb

TABELAS ANEXO DO ACORDO

Janeiro/2025

NC	Padrão	Vencimento Atual	Após reajuste (2025)			Incentivo à Qualificação (IQ) - Simulação						
			Venci-mento	Δ%	Δ R\$	Fundam. 10%	Médio 15%	Técnico 20%	Grad. 25%	Espec. 30%	Mestr. 52%	Dout. 75%
A (36% do Nível E)	Inicial	1.446,12	1.788,14	23,7%	342,02	1.966,95	2.056,36	2.145,76	2.235,17	2.324,58	2.717,97	3.129,24
	Final	2.879,28	3.622,43	25,8%	743,15	3.984,68	4.165,80	4.346,92	4.528,04	4.709,16	5.506,10	6.339,26
B (40% do Nível E)	Inicial	1.750,99	1.986,82	13,5%	235,83	2.185,50	2.284,84	2.384,18	2.483,52	2.582,86	3.019,96	3.476,93
	Final	3.486,29	4.024,93	15,5%	538,64	4.427,42	4.628,67	4.829,91	5.031,16	5.232,41	6.117,89	7.043,62
C (50% do Nível E)	Inicial	2.120,13	2.483,52	17,1%	363,39	2.731,87	2.856,05	2.980,23	3.104,40	3.228,58	3.774,95	4.346,16
	Final	4.221,26	5.031,16	19,2%	809,90	5.534,27	5.785,83	6.037,39	6.288,95	6.540,51	7.647,36	8.804,53
D (61% do Nível E)	Inicial	2.667,19	3.029,90	13,6%	362,71	3.332,89	3.484,38	3.635,88	3.787,37	3.938,86	4.605,44	5.302,32
	Final	5.310,48	6.138,01	15,6%	827,53	6.751,81	7.058,72	7.365,62	7.672,52	7.979,42	9.329,78	10.741,52
E (100% - Referência)	Inicial	4.556,92	4.967,04	9,0%	410,12	-	-	-	-	6.457,16	7.549,91	8.692,32
	Final	9.073,01	10.062,32	10,9%	989,31	-	-	-	-	13.081,01	15.294,72	17.609,06

Abril/2026

NC	Padrão	Vencimento Atual	Após reajuste			Incentivo à Qualificação (IQ) - Simulação						
			Venci-mento	Δ%	Δ R\$	Fundam. 10%	Médio 15%	Técnico 20%	Grad. 25%	Espec. 30%	Mestr. 52%	Dout. 75%
A (36% do Nível E)	Inicial	1.446,12	1.877,54	29,8%	431,42	2.065,30	2.159,17	2.253,05	2.346,93	2.440,80	2.853,86	3.285,70
	Final	2.879,28	3.869,93	34,4%	990,65	4.256,92	4.450,42	4.643,91	4.837,41	5.030,91	5.882,29	6.772,37
B (40% do Nível E)	Inicial	1.750,99	2.086,16	19,1%	335,17	2.294,77	2.399,08	2.503,39	2.607,70	2.712,01	3.170,96	3.650,78
	Final	3.486,29	4.299,92	23,3%	813,63	4.729,91	4.944,91	5.159,90	5.374,90	5.589,90	6.535,88	7.524,86
C (50% do Nível E)	Inicial	2.120,13	2.607,70	23,0%	487,57	2.868,47	2.998,85	3.129,24	3.259,62	3.390,01	3.963,70	4.563,47
	Final	4.221,26	5.374,90	27,3%	1.153,64	5.912,39	6.181,13	6.449,88	6.718,62	6.987,37	8.169,85	9.406,07
D (61% do Nível E)	Inicial	2.667,19	3.181,39	19,3%	514,20	3.499,53	3.658,60	3.817,67	3.976,74	4.135,81	4.835,71	5.567,43
	Final	5.310,48	6.557,38	23,5%	1.246,90	7.213,11	7.540,98	7.868,85	8.196,72	8.524,59	9.967,21	11.475,41
E (100% - Referência)	Inicial	4.556,92	5.215,39	14,5%	658,47	-	-	-	-	6.780,01	7.927,40	9.126,94
	Final	9.073,01	10.749,80	18,5%	1.676,79	-	-	-	-	13.974,74	16.339,69	18.812,15

FASUBRA se reúne com a Andifes para exigir cumprimento do Acordo

Na sexta-feira (28), representantes da FASUBRA e do SINTFUB estiveram com a presidenta da Andifes, também reitora da UnB, Profa. Márcia Abrahão, para solicitar que a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) ajude no cumprimento da Cláusula Décima Quarta do Acordo

assinado com o governo e diz respeito às "atividades represadas".

A presidenta da Andifes afirmou que "a Andifes vai continuar trabalhando em parceria com vocês e podemos fazer comissões para ajudar nesse acompanhamento e implementação do termo de Acordo. Vamos orientar os reitores para o cumprimento integral do que foi

acordado com o governo", no sentido de que "esse termo saia do papel e esteja integralmente consolidado na forma de conquistas".

Na UnB, o SINTFUB está discutindo com a reitoria para que a reposição das atividades represadas e/ou do calendário acadêmico, se dê sem qualquer prejuízo ou perseguição aos técnico-administrativos.